



O COMÉRCIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL

João Pedro Mardegan Ribeiro ¹

RESUMO

A educação, processo pilar da sociedade, que também é um dos mecanismos de maior relevância no combate as desigualdades sociais tem, nos últimos anos, se tornado uma ferramenta com potencial de alavancar essa desigualdade devido ao que se denomina como comércio da educação. Ancorado nos referenciais teóricos e com perspectivas históricas e culturais da educação, a metodologia deste trabalho consistiu em analisar o campo teórico da educação, e como a atual onda de comercializar o ensino tem gerado aumento das disparidades sociais no Brasil devido a políticas de ingresso ao ensino superior. Os principais resultados demonstraram que mesmo com as políticas de cotas, o comércio da educação se coloca como uma barreira para a entrada dos menos favorecidos financeiramente no ensino superior de qualidade o que expande as diferenças entre as classes.

Palavras-chave: Comércio da Educação; Cotas; Ensino Superior

INTRODUÇÃO

Saviani (2018) destaca que a marginalidade é identificada em um sujeito por meio da expressão de sua ignorância, em outras palavras, é considerado em nossa sociedade como um ser marginalizado aquele que não é esclarecido. Com essa perspectiva, se coloca a escola como um mecanismo passível de diminuir essa ignorância, e de certo, a marginalização. De fato, aos objetivos gerais da instituição “escola” cabe à transmissão e difusão de conhecimentos históricos e científicos de forma lógica e sistêmica, assim como, desenvolver nos sujeitos envolvidos nas primeiras manipulações do real saber pragmático, habilidades e competências que torne possível que estes atuem como um agente ativo na sociedade e que sejam capazes de modificá-la beneficentemente, saindo também da zona de marginalização.

Mesmo que a escola tenha essa função de agente transformadora, devido a uma nova onda na educação, que é o seu comércio, muitos dos objetivos do ensino básico, baseados no campo teórico dos principais autores da área, e também nos documentos curriculares oficiais brasileiros, não tem sido atingidos e nem sequer trabalhados. Mesmo que o comércio esteja

¹ Graduado do Curso de Licenciatura em Ciências Exatas da Universidade de São Paulo (USP) - SP, joao.mardegan.ribeiro@usp.br



relacionado quase que de forma expressiva no setor privado de ensino, há reflexos dentro das escolas públicas e em geral, no ensino público como um todo.

O que justifica o comércio da educação é a presença de exames de ingresso ao ensino superior com questões conceituais complexas que muitas vezes não são discutidas de forma tão profunda na educação básica – por isso existem os cursinhos, tal fato também já é compreendido, com outro olhar, pelo governo e pelos gestores das universidades, por isso foi criado e se justifica a criação dos programas de cotas, e também a implantação (nas universidades privadas) do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Considerando tais perspectivas, tendo em vista a entrada de seus alunos nas universidades públicas, ou nas universidades bem mais ranqueadas, as escolas, principalmente no ensino médio, tem deixado de lado a visão de trabalhar na formação integral de sujeitos críticos, e somente tem voltado às práticas de ensino de forma a transmitir uma vasta gama de conteúdos conceituais para que seus alunos atinjam altos índices de desempenho nos vestibulares, aumentando a visibilidade da escola, gerando mais interessados e assim, obtendo mais lucros. Ora...nota-se que há o ranking de escolas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e as mais bem pontuadas são colocadas como “melhores escolas”, mas o preparo para o vestibular em si, não é a finalidade da educação, logo, como classificar uma escola baseado no desempenho de seus alunos nos vestibulares se esta não é a sua função?

Muitos ainda não conseguem entender a dimensão da escola e dos processos formativos, logo, se observa uma grande presença de alunos analfabetos funcionais nas universidades, ou com visão mais fechada acerca da sociedade como um mecanismo de ação conjunta, ou de certo, sem compreender a realidade do outro. Ou seja, quando há na escola o trabalho maçante acerca dos conteúdos conceituais em detrimento de outros, muitos dos objetivos e finalidade da instituição escolar não são atingidos, não formando assim, sujeitos críticos-reflexivos acerca da dinâmica da esfera social.

Logo, ao objetivo geral deste trabalho, coube a apresentação e também uma breve reflexão sobre o comércio da educação, visando delinear como as práticas de ensino tem seguido rumos diferentes daqueles propostos pelos documentos curriculares oficiais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos principais teóricos da área. Para isto, a metodologia do trabalho consistiu em analisar a literatura acerca dos dados contidos nesta e feito uma análise crítica da situação em que nos encontramos.

METODOLOGIA



A metodologia da presente pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica para a construção teórica, embasado em perspectivas históricas da educação no Brasil, assim como, nos dados atuais acerca das diferenças entre a quantidade de alunos ingressantes nas IES (Instituições de Ensino Superior) oriundos da rede privada e pública de ensino, divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Assim, apresenta-se uma reflexão sobre o percurso histórico das práticas de ensino no Brasil, e como o comércio desse processo de ensino mecânico vem se tornando uma ferramenta que tem aumentado às desigualdades sociais, fator que as cotas estão tentando diminuir. Em outras linhas, há a apresentação de uma reflexão de como a educação que é uma ferramenta de combate às desigualdades, devido ao comércio educacional tem aumentado as desigualdades sociais no país.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção temos a discussão dos principais resultados encontrados, e está dividido em x subções de forma a sequenciar o entendimento descritivo e analítico dos pressupostos. Sendo estas: 1) Finalidade da Educação; 2) Uma breve história da Educação no Brasil; 3) A atual demanda da Educação no Brasil; 4) O comércio do ensino no Brasil.

Finalidade da Educação

Para Freire (1979) a principal essência da educação é ser uma prática libertadora, que deve fornecer aos alunos condições para que estes compreendam sua realidade, e com base nos conhecimentos adquiridos durante as práticas de ensino, sejam capazes de fazer modificações benéficas na sociedade. Assim, de fato, a principal perspectiva da educação é formar um sujeito crítico, reflexivo e com habilidades e competências que os tornem capazes de trabalhar ativamente na sociedade, na melhora da sua vida, e também com estudos posteriores de forma significativa. A escola ainda é vista como um ambiente que transmite somente conteúdos científicos e históricos de maneira conceitual, e não como ambiente de formação integral de um sujeito histórico, ou seja, é atrelado a escola somente o local que ensina conteúdos em sua forma bruta, final.

Sócrates considerava que a educação em seu íntimo, deveria ter conhecimentos de si e para si, e que seja capaz de tornar o aluno um ser consciente das razões do universo, e das limitações do



seu real saber. Já Platão considerava que a educação visa formar o aluno para refletir sobre uma sociedade ideal, colocando a educação como um processo de liberdade, retirando o homem da condição de ignorância e o colocando como um ser capaz de pensar de forma crítica e reflexiva. Já para Aristóteles, a educação, quando o ensino é positivo, leva o aluno ao desenvolvimento integral do intelecto e do conhecimento da moral, que firma parceria com as condições da busca pela felicidade.

Ou seja, tais perspectivas supracitadas são antagônicas com o que coloca como prática de ensino comercial, ou seja, não há como atrelar qualidade de ensino como transmissão só mecânica dos conceitos, os sujeitos devem, em sua essência, serem capazes de refletir sobre o que aprenderam e entender como tais conhecimentos podem auxiliar em seu dia a dia.

Uma pequena história da educação no Brasil

Antes do que se denomina como descoberta do Brasil havia no país os índios (habitantes nativos) que tinham seu próprio sistema de educação, e tinham sua própria cultura e tradição, que era passada de geração em geração, muitas vezes por paternalismo, e seguiam suas próprias regras de ensino, e muitas vezes por meio dos ritos e/ou atividades postas hoje como práticas (caça e pesca).

As primeiras salas de aula no Brasil foram criadas após a “descoberta” e impostas pelos jesuítas, e estes tinham como objetivo evangelizar os índios, em outras palavras, os colonos desconsideraram o que os índios tinham como cultura local, e implementaram um sistema de ensino com conteúdos e métodos já estabelecidos, uma vez que a Igreja Católica estava sentindo ameaçada devido as reformas protestantes e queriam difundir mais o catolicismo para outras regiões. De Souza Lima (1995) complementa dizendo que neste cenário havia estímulo ao abandono das línguas nativas, e queriam educar os índios para viverem como a sociedade portuguesa. Já Scachetti (2003) afirma que o padre José de Anchieta fez uso do teatro e também da poesia (inspirado nos costumes indígenas) para catequizar, e isso repercutiu de forma positiva e chamava a atenção e o interesse dos índios e garantia a participação destes nas atividades.

Segundo Souza e Cavalcante (2016) as casas de “be-a-bá” que eram os lugares de catequização dos índios sofreram alterações, e deu espaço ao que se denominou como colégios, com a função de alfabetizar os filhos dos colonos e alguns (poucos) escravos – sendo estes para serem doutrinados nos dogmas cristãos. Com a expulsão dos jesuítas do



império português, em 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marques de Pombal) ficou responsável por reformar a educação na colônia, visando modernizar o reino de Dom José, e assim, tempo depois no Rio de Janeiro deu início as primeiras escolas básicas (com ensino de leitura, escrita, contagem e conhecimentos humanísticos).

Em 1822, com a família real já presente no Brasil, e Dom Pedro I assumindo o trono, houve reformas na área da educação. A Constituição de 1824 determinava que a educação deveria ser gratuita e para todos, e que deveria ser criadas escolas em todas as vilas e cidades com autonomia no desenvolvimento das regras. Para Rodrigues (2010) nestas escolas havia o ensino da leitura, escrita, contagem, e seus métodos de ensino baseavam-se no modelo lancasteriano (sistema fabril).

Para estudos posteriores havia o Colégio Pedro II (fundado em 1837) no Rio de Janeiro, mas as famílias não viam importância em colocar seus filhos nestes colégios, assim, em 1860 leis foram criadas dando privilégios para aqueles que cumpriam os estudos nestas instituições. No ano de 1881 a Constituição vigente determinou que a União deveria ser responsável somente pela Educação no Rio de Janeiro, cede do governo, e os outros estados deveriam arcar sozinhos pela oferta de ensino. Segundo Meirelles (2013) Benjamin Constant (Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos) implementou certas mudanças no ensino, tais como: Ensino Primário de 7 a 13 anos, e o Secundário de 13 a 15 anos, dando prioridade para disciplinas com viés científico, como a física e a matemática.

Já a partir de 1900 houve uma difusão das ideias de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho que propunham que a escola básica deveria ser um direito de todos, ou seja, ser pública, laica, e sem privilégios. E assim, por volta dos anos de 1920 houve uma escola mais operária, baseadas nas ideias de Francisco Ferrer y Guardia, inserindo no currículo mais disciplinas científicas deixando de lado os dogmas da Igreja.

Considerando que em 1942 aproximadamente 80% da população brasileira era analfabeta, a promulgação das leis orgânicas colocaram que o Ginásio passou a ter quatro anos, o Colegial três anos, e também foi criado o supletivo para os adultos. Já entre os anos de 1950 e 1960 como a política brasileira estava voltada ao populismo, surgiram ideias de pensadores como Paulo Freire, que foi responsável por alfabetizar trezentos trabalhadores rurais em quarenta e cinco dias. Freire afirmava que as cartilhas não eram suficientes para ensinar a todos de forma significativa, e que era necessário que os alunos entendessem a sua própria realidade para trabalhar com conceitos baseados no dia a dia.



Mas, essa educação democrática de Freire foi abandonada devido ao regime militar, e este foi exilado no Chile. O governo militar tinha como objetivo uma educação capaz de tornar o aluno um ser mecânico (trabalhadores para as indústrias), deste modo, a escola primária ficou voltada a realização de atividades de ordem prática e a do segundo grau para preparar os alunos para o mercado.

Ferreira (2013) coloca que o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, implantou no Brasil os vestibulares obrigatórios para o ingresso nas Universidades, e também houve uma organização do ensino em primeiro e segundo grau obrigatório até os 14 anos. No ano de 1988 com a nova Constituição Federal, a educação se tornou um direito de todos. No Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), com a relatoria do senador Darcy Ribeiro, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde houve a colocação da educação infantil como primeira etapa, e posteriormente o ensino fundamental e o médio. No Governo FHC também foi criado o ENEM, que começou a substituir gradativamente os vestibulares específicos para ingresso nas Universidades Públicas.

Logo, com esse breve relato, podemos notar que ao longo de toda a História da Educação no Brasil, houve distintas abordagens no que se refere a finalidade da mesma, baseada nas ideias políticas do governo vigente. Um dos maiores erros históricos da educação no Brasil é colocar a escola, e as práticas de ensino do professor, com uma finalidade unitária, como por exemplo, no Brasil colônia a finalidade era doutrinar os índios para difundir os ideais cristãos, na ditadura militar, a escola deveria preparar o aluno para o mercado de trabalho, no Brasil atual, mesmo que não seja essa a proposta dos documentos curriculares, as escolas têm voltado a preparar os alunos para os vestibulares.

A atual demanda da Educação no Brasil

Analisando dados quantitativos acerca dos alunos ingressantes nas instituições de ensino superior públicas no Brasil, assim como nos cursos mais concorridos, há muito mais alunos oriundos da rede privada de ensino básico, que muitas vezes, voltam suas práticas de ensino, somente a atender as exigências do mercado, o que torna as relações de ensino e aprendizado pautado no decorar de suposições, fórmulas e hipóteses.

Nota-se que nas manchetes de jornais é colocando que escola de qualidade ou as melhores escolas são aquelas que aprovam mais alunos nos vestibulares, o que faz a educação se tornar um comércio. O que acontece é que, as notas obtidas pelos alunos nos



vestibulares tem se tornado um parâmetro de qualidade. Ou seja, quanto maior a nota da escola (em média) nos vestibulares, maior a sua visibilidade, o que aumenta sua procura, e nas particulares, aumenta também o fluxo financeiro que ela movimenta. Muitas escolas também (privadas) formam turmas específicas para certos vestibulares, o que gera desigualdade na disputa por vagas, e assim, desigualdade social.

Essa forma de trabalhar – formar o aluno/prepará-lo para o vestibular, que em média, a rede privada faz de forma mais ampla do que a pública, acarreta que a forma de ensinar e as políticas de ensino sejam distintas, gerando assim, uma exclusão sócia educacional aparente, que interfere de maneira assertiva no cotidiano das classes. Isso representa que, quem nasce em uma classe social baixa, dificilmente conseguirá sair dessa situação pela falta de oportunidade e instrução.

De fato, a maioria das escolas particulares tem facilidade em preparar seus alunos para os vestibulares, e em contrapartida as públicas tem mais dificuldade, e isso devido a “n” fatores, como estrutura, métodos, e perspectivas sobre a finalidade das práticas de ensino. Com isso, surge no Brasil uma nova onda: As escolas com mais alunos aprovados nos exames de ingresso ao ensino superior são as que possuem maior visibilidade, ou seja, aquela que ensinou mais conteúdos conceituais. Mas, de fato, a transmissão dos conteúdos históricos e científicos em sua forma bruta é importante, todavia, a escola precisa desenvolver competências e habilidades que forneçam subsídios para que os alunos usem esse conhecimento em prol da cidadania.

Assim, mesmo com as propostas da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e também da LDB as escolas tem voltado o ensino para a preparação para o vestibular. E mesmo as escolas particulares que tem trabalhado com as propostas dos documentos curriculares oficiais, elas tem oferecido cursinhos pré-vestibular no contraturno, ou também os alunos os cursam após o ensino médio, há também muitos polos acadêmicos onde os estudantes criam cursinhos populares para auxiliar os alunos das comunidades mais carentes.

O comércio do ensino no Brasil

Hoje no Brasil observa-se que uma grande demanda por curso de nível superior, e também vagas em cursos como medicina, direito e algumas engenharias, assim como em universidades renomadas, tal fenômeno fez com que as ideias de uma aprendizagem significativa tem sido descartadas, e entrando em seu lugar, um ensino mais mecânico.



No ano de 2017, segundo dados do INEP, e divulgados por Calgaro (2017) houve 4.724.519 milhões de estudantes realizaram o segundo dia do ENEM, tendo a maioria dos alunos o objetivo de ingressar em Universidades Públicas ou conseguir uma bolsa Parcial/Integral no Prouni nas Universidades Particulares, ou também concorrer a uma vaga no FIES (Financiamento Estudantil). Considerando também, apenas a entrada de estudantes nas Universidades Públicas, foram 239.601 mil vagas, um número muito reduzido tendo em vista a quantidade de alunos que prestaram o exame, ou seja, somente 5,07% dos que prestaram, poderão ingressar em uma universidade pública (essa universidade pode aumentar um pouco tendo em vista que algumas universidades ainda apresentam seus vestibulares).

O Ministério da Educação (MEC) afirma que o trabalho da criança é estudar, por isso todas as crianças podem e devem estar matriculadas e participar das atividades propostas pelas escolas. Todavia, o que se observa é que muitos alunos perguntam: Por que eu tenho que aprender isso, se não vou usar? Demonstrando que o conhecimento ensinado não está sendo significativo, não tem relação com a realidade, e foge das propostas das perspectivas da educação.

Logo, remonta a um pressuposto, que é o comércio da educação. Considera-se que a educação no Brasil tem seguido rumos inimagináveis, uma vez que hoje em dia, aprendizagem mecânica tem se tornado mais viável dentro do aspecto: Educação X Agrado dos alunos e pais. Ou seja, se os pais estão pagando a escola, eles querem como retorno resultados satisfatórios, que no sentido atual, é que seus filhos sejam aprovados nas universidades. Todavia, muitas vezes essa forma de referenciar o ensino não é positivo, já que os alunos podem não ter sido formado com pensamento crítico, e com competências e habilidades que os tornem aptos a usar o conhecimento no dia a dia, e somente cheios de conteúdos sem aplicabilidade e que muito será esquecido.

Um dado importante que se observa também é que a maioria dos alunos que cursam a educação básica em escolas privadas, fazem ensino superior em universidades públicas, e os alunos que fazem a educação básica em públicas, em maioria, ingressam em universidades privadas. As políticas de cotas tem atuado como mecanismo para diminuir tais estatísticas. Assim, se tem uma reflexão: Desenvolver a autonomia nos alunos é importante, mas a aprovação mecânica tem sido mais notório.

Ainda segundo os dados do INEP, na Síntese de Indicadores Sociais de 2018, até este ano, 36% dos alunos que cursaram o ensino básico na rede pública chegaram a matricular em alguma instituição de ensino superior, enquanto os que cursaram o ensino básico na rede



privada, tal porcentagem chega a 79,2%. Já no que se refere ao ingresso no ensino superior público, a quantidade de alunos oriundos da rede privada foi o dobro da quantidade de alunos da rede pública, e devemos ter em mente também que há mais alunos na rede de ensino pública do que privada.

Mas, como este comércio é manifestado na educação? Bom, os documentos curriculares oficiais elencam um conjunto de conteúdos obrigatórios que devem ser ministrados por todas as escolas, todavia, devido a pouca quantidade de aulas por semana não garante que todos estes conteúdos sejam apresentados aos alunos, e também não há como ter certos aprofundamentos. Nos vestibulares há manifestação dos conteúdos comuns para todos, mas as vezes com aprofundamentos que muitas vezes não foi trabalhado nas escolas.

Em outras palavras, tem-se que quando o professor trabalha no desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes aos documentos curriculares oficiais, visando tornar as práticas de ensino e aprendizado objetos significativos, há pouco espaço para a preparação para o trabalho com a preparação dos alunos para o vestibular, assim como, se o professor trabalha ao máximo conteúdos de forma aprofundada, ele estará estimulando que o aluno tenha uma aprendizagem mais mecânica, o que não está pertinente com a finalidade da educação.

Analisando os exames de ingresso nas instituições de ensino superior, principalmente do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), ou até mesma a FUVEST (para ingresso na USP), COMVEST (para ingresso na UNICAMP) e também a VUNESP (para ingresso na UNESP) há uma exigência conceitual muito alarmante. Tais exames são o mesmo para todos os alunos que os realizam.

Com isso adentra o universo do comércio da Educação. Temos hoje, uma vasta gama de escolas privadas, técnicas e federais, tem voltado suas práticas de ensino para a preparação dos alunos quase que de forma exclusiva para o vestibular, inserindo nestes habilidades mecânicas. E para minimizar tais impactos, estas escolas tem ofertado atividades e/ou atividades extracurriculares de cunho mais humanitário, para induzirem para a sociedade que estes também tem se preocupado com uma formação mais humanitária.

Mas, mesmo assim, se o aluno não conseguiu ser aprovado em algum vestibular, ou acha que necessita de conhecimentos muito mais profundo, ele ingressa nos cursinhos pré-vestibular. Os cursinhos são, em sua essência, uma forma de evidenciar que a educação básica não é boa o suficiente para preparar os alunos para estes exames de ingresso. Logo, há necessidade de investir mais dinheiro nas instituições visando adquirir habilidades mecânicas.



Alunos das universidades públicas hoje, oferecem cursinhos para a comunidade mais carente, para tentar diminuir essa desigualdade entre a oportunidade de estudo entre os mais ricos e os mais pobres. E as universidades também, sabendo das condições de ensino nas escolas públicas e privadas, tem incentivado as políticas de cotas.

De maneira geral, os cursinhos são formas de minimizar a importancia da educação básica, todavia, enquanto a entrada nas universidades for exclusivamente por vestibulares, eles se fazem necessário. Provas escritas não são suficientes para avaliar o conhecimento e habilidade adquirido pelo aluno, mas ainda temos um sistema de ensino precário que não valoriza a formação integral do sujeito.

E isso é o comércio da educação, os alunos pagam para adquirir habilidades mecânicas visando serem aprovados em exames, ou seja, pagam para aprenderem uma vasta gama de conteúdo sem muitas vezes utilidade, visando somente aplicá-los nas provas e concursos. Para diminuir tal fenômeno há as cotas, mas muitos cotistas também fizeram cursinhos, logo, a educação também tem se tornado um mecanismo de desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se com base na História da Educação que a cada passagem política a escola adquiriu um papel diferente, e muitas vezes os objetivos que estas tinham não foi atingido. O objetivo geral da educação básica hoje é preparar os alunos para a cidadania, e que seja capaz de fazer com que os alunos usem os conhecimentos científicos e históricos atrelados ao desenvolvimento de competências e habilidades em prol do exercício pleno de atividades no dia a dia, mas hoje, o que se nota é o seu comércio.

Como se observa a alta procura e também a dificuldade em ingressar nas universidades públicas, e também em cursos concorridos, o comércio da educação está cada vez mais sendo fortalecido, o que aumenta também as oportunidades, já que as escolas tem voltado o ensino ao aprendizado mecânico, longe dos saberes significativos. Destarte, além de grande parte das escolas públicas terem precarização das condições de estudo, a classe menos favorecida ainda não conseguem demonstram seu real potencial, vivendo e reproduzindo a mesma sequencia linear de sua geração (em maioria). Logo, para que se tenha uma educação básica mais eficiente, o principal ponto de partida é a mudança na forma de ingresso ao ensino superior.



Logo, temos que a educação, que é um mecanismo que visa combater as desigualdades sociais, cada vez mais tem se tornado uma ferramenta que não consegue se tornar transformadora. Algumas manifestações verbais também, seja de estudantes universitários de classes mais elevadas, como também de professores universitários, não compreendem a importância das cotas, e também que há muita diferença entre as condições de ensino ofertadas no Brasil. Assim, para que melhore a qualidade de ensino no Brasil há de ser necessário um replanejamento nas formas de ingresso ao ensino superior. Há de ser necessária a utilização de outros mecanismos, não somente os exames inscritos puramente conceituais.

REFERÊNCIAS

- CALGARO, Fernanda. 32% dos candidatos do Enem 2017 faltam no segundo dia de prova, diz Inep. **G1 – O portal de notícias da Globo – Globo.com**, 12 de Novembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/balanco-enem-2017-inep.ghtml>>. Acesso em 12 de Janeiro de 2018.
- DE SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- FERREIRA, Anna Rachel. **Ditadura Militar: aulas para o trabalho**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- MEIRELLES, Elisa. **Primeira República: um período de reformas**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2013.
- RODRIGUES, Rafael Pinto. **A educação literária no Colégio de Pedro II (1838-1854)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.
- SCACHETTI, Ana Ligia. **Ensino com o Catecismo**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2013.
- SOUSA, C.A de M.; CAVALCANTE, M. J. M. **Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República**. Brasília: Liber Livro, 2016.